

Sumario:

Desde el punto de vista de “la influencia de una Conferencia Episcopal” en la tarea pastoral, vale anotar; desde la experiencia de Brasil, la incidencia en dos temas que sirven para señalar el camino eclesial de Santo Domingo. Ellos son: el protagonismo de los laicos y la Evangelización inculturada. En el primero, es muy notorio el esfuerzo trazado por medio de los Encuentros Nacionales de Presbíteros, por medio de los cuales se ha marcado un accionar en torno a la Evangelización y la vida del Presbítero.

A recepção de Santo Domingo pelos presbíteros do Brasil

Padre Alberto Antoniazzi

*Doctor en Filosofía. Director Instituto Nacional de Pastoral – Brasi. Profesor de Filosofía y Teología, Pontificia Universidad Católica, Minas Gerais – Brasil.
antoniazzi@gcsnet.com.br; alberto@pucminas.br*

Há dez anos acompanhei a realização da IV Conferência Geral do Episcopado em Santo Domingo. Os resultados da Conferência foram objeto de amplo debate crítico, na América Latina e no Brasil¹. Não quero voltar sobre eles. Gostaria de analisar brevemente a recepção que as Conclusões de Santo Domingo tiveram no Brasil, especialmente entre os presbíteros. Sabe-se que é sempre interessante a *Wirkungsgeschichte* (ou “história dos efeitos”) de um texto. Evidentemente não é este o único ponto de vista para apreciar um documento do Magistério. Mas não deixa de ser particularmente interessante medir o avaliar a influência pastoral de uma Conferência Episcopal, cuja finalidade é mais pastoral que doutrinária, mais de estímulo à evangelização que de discussão das teologias.

Hoje, quando se fala de Santo Domingo, espontaneamente vêm à memória, ao menos no Brasil, dois temas: o *protagonismo dos leigos* (DSD 302, § 1; cf. também nº 103)² e a *evangelização incultu-*

1. Para o Brasil, é fundamental a obra coletiva *Santo Domingo. Ensaios Teológico-Pastorais*, publicada pela Editora Vozes (Petrópolis, 1993, 390 p.), na qual colaboraram brasileiros (os teólogos Cl. Boff, J.B. Libânio, Manfredo A. de Oliveira e os bispos Dom Aloísio Lorscheider e Dom Demétrio Valentini), latino-americanos (como Gustavo Gutierrez, Luis G. del Valle, E. Dussel, Roberto Oliveros, Carlos Bravo) e outros (J.Comblin, Paulo Süss, J.Sayer, A. Antoniazzi). Também é útil o pequeno livro organizado por J. Ernanne PINHEIRO, *Santo Domingo: Uma leitura pastoral*. S.Paulo, Paulinas, 1993.
2. O “protagonismo dos leigos”, mencionado como “linha pastoral prioritária” no nº 103 do Documento de Santo Domingo e retomado com ênfase no nº 302.1, na realidade não é um tema desenvolvido claramente pela Conferência, que parece dar mais importância a uma pastoral vocacional tradicional, voltada prioritariamente para os ministérios ordenados e a vida consagrada (cf. nº 67-93). Sobre o sucesso da expressão “protagonismo dos leigos”, cf. José Ernanne PINHEIRO (org.), *O protagonismo dos leigos na evangelização atual*. S.Paulo, Paulinas, 1994, 200 p. Os bispos brasileiros apoiaram decididamente a participação dos leigos na evangelização no documento da Assembléia Geral de abril de 1999 (já elaborado numa versão provisória um ano antes): *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas*. S.Paulo, Paulinas, 1999, 135 p. (“Documentos

rada (DSD 302, 3; cf. 228-286 e 298-301). A “promoção humana” integral não foi esquecida, mas não caracteriza Santo Domingo; é uma aquisição anterior, desde a “*Populorum Progressio*” e Medellín. Outros enfoques e partes do documento tiveram pouca repercussão e não chamaram a atenção, pelo menos no contexto brasileiro.

Mas vamos examinar mais cuidadosamente a reação da Igreja e, em particular dos presbíteros, em primeiro lugar, quanto à pastoral vocacional, à formação seminarística e a seus resultados; em segundo lugar, quanto à atenção dada pelos presbíteros a certos temas pastorais de Santo Domingo e os resultados da reflexão sobre eles. No fim, poderemos acenar algumas perspectivas.

I. As vocações ao ministério presbiteral (1992-2002)

Nesta primeira parte, oferecendo alguns dados sobre os presbíteros no Brasil, fazemos também uma apresentação do universo que será estudado na II parte, sob o ponto de vista da reflexão pastoral. Quantos presbíteros tem a Igreja Católica no Brasil? De onde procedem? Diocesanos ou religiosos? Jovens ou idosos? A todas essas perguntas pode-se responder a partir dos anos '60, que são o momento da renovação da Igreja no Brasil e também da implantação de um serviço estatístico eficiente, o CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social), órgão da Conferência Episcopal, mas com sede até hoje na antiga Capital, no Rio de Janeiro³. A disponibilidade dos dados e o interesse em comparar os anos '90 com um período mais longo, fez-nos optar pelo estudo do período 1970-2000, melhor documentado. O CERIS fornece as informações a seguir⁴.

da CNBB”, 62). Este documento se baseia fundamentalmente na constituição “*Lumen Gentium*” do Vaticano II, especialmente na sua eclesiologia do povo de Deus, e na Exortação *Christifideles Laici* do papa João Paulo II. O documento de Santo Domingo (doravante DSD) é citado, salvo engano, apenas duas vezes em mais de 260 notas ou referências: na nota 17, que cita DSD 102 sobre os movimentos eclesiais, e na nota 261, que cita DSD 98b, a propósito de Conselhos de Leigos. O “slogan” do “protagonismo dos leigos” não foi acolhido.

3. A CNBB tem sede em Brasília desde agosto de 1977. Brasília, a nova Capital da República federativa do Brasil, foi inaugurada em 21 de abril de 1960.

4. Utilizo os dados publicados na página da Internet www.ceris.org.br, que estão mais atualizados que o do *Anuário Católico 2000*, o qual na realidade traz dados de 1999.

Antes de tudo, quantos padres?

Em 1964, o Brasil tinha 12.589 sacerdotes (presbíteros), dos quais 4.829 (38,4%) diocesanos e 7.760 religiosos (61,6%). No total, 5.326 eram vindos do exterior (42,3%), enquanto 7.263 eram brasileiros natos (57,7%). No clero regular, os estrangeiros eram 55%; entre os diocesanos, 21,6%.

A evolução posterior é a seguinte:

Clero:	1970	2000	Diferença
Diocesano	5.040	9.207	+ 82,6%
Religioso (ou de Institutos)	8.052	7.565	- 6,4%
TOTAL	13.092	16.772	+ 28,1%

Em poucas palavras, os padres diocesanos aumentaram, em trinta anos, 82%. Os religiosos, depois da “crise”, ainda não se recuperaram e hoje são cerca de 6% a menos que em 1970. A diminuição dos religiosos se deve em parte ao regresso à pátria de muitos missionários. No final de 2000, o número dos padres vindos do exterior era de 3.148 (= 18,8%), dos quais 2.237 religiosos (29,5% do total de religiosos) e 911 diocesanos (10% do total dos diocesanos). De 1964 a 2000, os padres vindos do exterior diminuíram de 5.326 para 3.148 (- 40,9%) e os padres brasileiros aumentaram de 7.263 para 13.614⁵ (+ 87,5%).

O número das ordenações

Também a evolução do número das ordenações mostra que o crescimento dos diocesanos é significativo. Para uma visão mais matizada da situação, considere-se o quadro seguinte:

5. Falta a indicação relativa à origem de 10 padres.

Número de ordenações sacerdotais

Diocesanos			Religiosos			
Anos	Total	Média anual	Diferença ⁶	Total	Média anual	Diferença
1964-1970	549	78,4	-	1099	157,0	-
1971-1980	1046	104,6	+33,4%	1106	110,6	- 41,9%
1981-1990	2361	236,1	+125,7%	1674	167,4	+51,35%
1991-2000	4010	401,0	+69,8%	1813	181,3	+ 8,3%

Em outras palavras, nos anos '60, os religiosos ordenavam duas vezes mais padres que os diocesanos (média anual: 157 x 78). Nos anos '70, o número das ordenações de religiosos e diocesanos é quase igual (110 x 104). Nos anos '80, os diocesanos superam nitidamente os religiosos, na proporção de 236 a 152. Finalmente, nos anos '90, as ordenações dos diocesanos são mais que o dobro dos religiosos (401 x 181).

A relação padres/população

O aumento da população, porém, foi maior ainda: de 95.137.800 em 1971 para 169.799.170 (em 2000, segundo o último censo do IBGE), o que equivale a um aumento de 78,4%. Logo, havia um padre para 7.351 habitantes em 1971 e há um padre para 10.124 habitantes em 2000. O número de habitantes por padre cresceu nos anos '70 e '80, mas se estabilizou nos últimos 10 anos. De fato, os padres eram 14.419 em 1991; cresceram desde então 16,3%, ou seja, com o mesmo ritmo de crescimento da população (15,5%).

Em resumo, pode-se dizer que o clero no Brasil se tornou, nos últimos 30 anos, **mais diocesano, mais brasileiro** (sobretudo entre os religiosos) e **mais jovem** (sobretudo entre os diocesanos), mas também **menos numeroso** relativamente à população.

6. Diferença respeito ao período anterior, em porcentagem.

Por que há mais vocações para o clero diocesano?

Explicar as causas da diferença que observamos no crescimento do número de vocações entre padres diocesanos e religiosos não é fácil. Há alguns anos, estudei a evolução dos seminaristas entre 1970 e 1995, constatando que nos seminários diocesanos se ordenavam padres 70% dos estudantes que tinham ingressado no 1º ano de Filosofia, enquanto a mesma porcentagem nos Seminários religiosos era levemente inferior a 50%.

Isto, porém, não explica o fato. Só o confirma. Por um lado, a formação dos religiosos pode ser mais exigente e levar a uma seleção maior. Por outro lado, é possível que o recrutamento dos religiosos tenha sido feito, ao menos em certos casos, com menor cuidado. Ou as duas coisas acontecem, em congregações ou Institutos diferentes, pois nem todos têm o mesmo cuidado com a formação.

Além de outras considerações mais específicas sobre a vida religiosa⁷, creio que não se deva subestimar o esforço feito pelas dioceses, especialmente nos últimos vinte anos, para ter seminários mais próximos do lugar de origem (e portanto da família) dos seminaristas e para investir na formação dos formadores. Até 1960 (quando no Brasil havia 3.000 seminaristas maiores, dos quais dois mil religiosos e mil diocesanos), os Seminários Maiores diocesanos eram poucos e alunos do Amazonas estudavam no Rio de Janeiro e muitos de Paraná, Bahia e até S.Paulo estudavam em Minas Gerais, i.é, longe das dioceses de onde vinham.

Também a vocação e as tarefas do padre diocesano parecem mais claramente definidas e previsíveis, do que as dos religiosos. Isto provavelmente facilita uma decisão, que não deixa de ser exigente, pois abraçando o ministério presbiteral o jovem assume ao mesmo tempo o celibato, a obediência ao bispo e um serviço que exige muita dedicação ao povo e oferece poucas garantias materiais.

7. Que não tenho condições de desenvolver aqui, mas foram debatidas por religiosos e religiosas (cf., por exemplo, a revista "Convergência", órgão da CRB, Conferência dos Religiosos do Brasil).

Ainda é possível que o clero diocesano esteja atraindo mais os jovens de hoje porque não exige, de fato, a vida comunitária. Há indícios de dificuldades da nova geração de se integrar nas comunidades religiosas (e em sua disciplina atual). Por outro lado, não faltam queixas de leigos quanto a uma tendência dos jovens padres diocesanos, em muitos casos (não, porém, na maioria dos casos) para o autoritarismo e o clericalismo, com pouca capacidade de colaborar com os leigos e de reconhecer efetivamente sua dignidade e seus direitos de participação na vida e missão da Igreja.

Primeiras conclusões

Depois de Santo Domingo, o crescimento das vocações ao presbiterato nas dioceses manteve inalterada a relação entre presbíteros e população. Mesmo se não houve deterioração como nos anos '70 e '80, o número dos presbíteros continua baixo. Portanto, em função da “nova evangelização” preconizada por Santo Domingo, é preciso, por um lado, intensificar ainda mais a pastoral vocacional ou enfrentar corajosamente a questão de acolher um novo tipo de presbítero⁸, e, por outro lado, é preciso levar mais a sério a questão da “missão e ministério” dos leigos e leigas. O protagonismo dos leigos se impõe, além de outras razões, porque não há nenhuma esperança razoável de que a Igreja possa dispor nos próximos anos do número de presbíteros que precisa⁹. Mas aceitar, efetivamente, o

8. Como pediram os presbíteros, de forma dramática, na *Mensagem final* do último Encontro Nacional: “Lamentamos profundamente que, após a insistência de tantos, ainda persista, na Igreja do nosso país, pouca sensibilidade da hierarquia eclesial para com as cerca de 70 mil comunidades eclesiais que não têm a celebração dominical da Eucaristia. Elas, embora bem organizadas e reunindo-se com regularidade, são privadas do sacrossanto direito de celebrar semanalmente a Ceia do Senhor. Sabemos que, para garantir esse direito é necessário rever as modalidades do ministério presbiteral, fixadas por uma longa tradição, mas hoje inadequadas à realidade e distantes da práxis do Novo Testamento e da Igreja Antiga. Sentimos como sempre mais urgente a coragem de uma reforma que devolva às comunidades, especialmente às menores e mais pobres, a possibilidade de realizar o memorial da Morte e Ressurreição de Jesus, sinal expressivo e significativo da nossa identidade católica” (9º Encontro Nacional de Presbíteros, Itaiaci-Indaiatuba, SP, 1º a 6/02/2002, nº 18)..

9. De fato, a grande maioria das 8.500 paróquias brasileiras conta, em média, com 20.000 habitantes e um só presbítero. Além disso, as paróquias têm em média, cada uma, mais de 25 comunidades para atender e uma área de mais de 1.000 quilômetros quadrados (área semelhante à de uma diocese italiana; mesmo depois da redução do número das dioceses, as 228 circunscrições eclesialísticas da Itália tem, em média, 1.300 km+ de superfície).

protagonismo dos leigos significa também repensar o ministério presbiteral e substituir ao modelo tridentino, ainda freqüente, em que o presbítero enfeixava em suas mãos todos os ministérios, por um modelo comunitário, em que a missão da Igreja é assumida – pelo exercício de diferentes ministérios – por toda a comunidade, onde os presbíteros (ou os ministérios ordenados) não monopolizam o ministério, mas o animam, o orientam e se dedicam especialmente à formação de novos ministros¹⁰.

Sobre o assunto voltaremos nas “perspectivas” finais. Antes, porém, devemos analisar os progressos da reflexão pastoral dos presbíteros de Santo Domingo (1992) até hoje.

II. A reflexão pastoral dos presbíteros (1992-2002)

Tomamos como o indicado mais significativo da evolução dessa reflexão os documentos dos Encontros Nacionais de Presbíteros. Eles são constituídos por assembleias de cerca de 400 presbíteros, representantes das mais de 260 dioceses do País. Acontecem, por iniciativa da Comissão Nacional de Presbíteros e com o apoio da Conferência Episcopal, a cada dois anos, desde 1985¹¹.

Os Encontros são preparados pela discussão nas bases, dioceses e regionais, de um documento preliminar ou “Instrumento Preparatório”¹², preparado pela CNP (Comissão Nacional de Presbíteros). O texto destes documentos e das conclusões dos Encontros permitem reconhecer os interesses pastorais dos presbíteros e sua evolução ao longo do tempo. A nós interessam aqui os últimos dez anos, para verificar a eventual sintonia com a Conferência de Santo Domingo, a influência que ela exerceu ou a recepção que recebeu.

10. Sobre esse tema, cf. o doc. 62 da CNBB, *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas* (já citado na nota 2).

11. De 1985 a 1989 aconteceram no mês de outubro. Em 1991, por motivo da 2ª visita do Papa ao Brasil, foram transferidos para o início de fevereiro de 1992 (4º ENP). Depois disso, os encontros se repetiram regularmente nesta data. O último Encontro (o 9º ENP) foi realizado de 1º a 6 de fevereiro de 2002. Local do encontro é Itaici, no município de Indaiatuba, SP, local também das Assembleias Gerais da CNBB.

12. Citado doravante como IP (singular) ou IPs (plural).



Os temas dos ENPs

Por ocasião do 9º ENP (Encontro Nacional de Presbíteros, Itaiç, SP, 1º a 6 de fevereiro de 2002), foi lançado um livro que reúne os nove Instrumentos Preparatórios (IPs), que serviram para estimular a reflexão antes e durante os Encontros¹³. Aqui limitar-nos-emos ao período 1992-2002e, portanto, aos ENPs do 4º ao 9º.

O estudo dos documentos preparatórios dos ENPs nos mostrou a possibilidade de verificar como evoluíram a percepção da situação (o VER), a teologia (o JULGAR) e as propostas de ação (o AGIR). De fato, sete dos nove documentos adotam o método “ver, julgar, agir”. Dois IPs (números 1 e 8) seguem esquemas diversos, o que não impede a verificação de convergências e divergências.

Esta breve análise não é, evidentemente, nem todo o livro, nem toda a história dos ENPs.

- Em linhas gerais, encontramos nos IPs quatro temas principais: 1) Evangelização (documentos 1 e 4); 2) Pessoa e missão do presbítero (doc. 2, 3 e 9); 3) Urbanização e pastoral urbana (doc. 5 e 6); 4) O Novo milênio (doc. 7 e 8). Uma leitura que for além dos títulos reconhecerá que, na realidade, os temas são apenas dois:
- a **missão da Igreja** ou a evangelização, que é o enfoque central de 5 documentos (o 1º, que aqui não nos interessa, e os de nº 4, 5, 6 e 7);
- o **presbítero** (pessoa e missão), que é o enfoque principal de 4 documentos (os nº 2 e 3, que não consideraremos, e os nº 8 e 9). Distinguiremos agora os dois temas em nosso trabalho.

13. O livro é: **CNP – Presbíteros do Brasil Construindo História**. – Paulus, São Paulo, 2001, 494 pgs. Os números de páginas citados se referem a este livro.



Tema I - Evangelização

1.1 O tema antes de Santo Domingo

O tema da evangelização já fora tratado amplamente no IP do primeiro ENP (1985).

O conteúdo parte da citação de Puebla: “O grande serviço que a Igreja presta ao mundo e aos homens é a evangelização” (679). Mostra a tomada de consciência da Igreja (Vaticano II, *Evangelii Nuntiandi*, Puebla) que é preciso superar a pastoral da conservação para evangelizar. Fundamenta o primado da evangelização. Descreve suas dimensões usando o Novo Testamento e as 6 linhas do PPC. Aponta as prioridades (de forma muito próxima de Puebla!): 1 - pobres; 2 - jovens; 3 - questão da terra e reforma agrária; 4 - mundo do trabalho; 5 - grandes cidades; 6 - construção da sociedade pluralista.

A segunda parte mostra que a comunidade eclesial deve assumir a evangelização e deve ser “comunhão e participação” (confirma novamente Puebla). A terceira parte aponta o papel do padre e a mudança de modelos: do tridentino ao modelo missionário e evangelizador.

É clara neste documento de 1985 a influência de Puebla, interpretada numa linha “libertadora” e predomina a ênfase sócio-transformadora. Estávamos no final do período da hegemonia progressista e da Teologia da Libertação. Houve, no 1º ENP, moções de solidariedade a Leonardo Boff e a Cuba.

1.2 A visão da evangelização nos anos 90

O tema da evangelização volta em 1992, depois da segunda visita do Papa ao Brasil e das DGAP de 1991 – 94¹⁴, que abandonaram o esquema anterior da evangelização libertadora de Puebla.

O IP do quarto ENP (1992¹⁵) procura responder a três questões: 1 – A quem evangelizar? 2 – Como evangelizar? 3 – Quem evangeliza?

14. As DGAP são as *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*, que a cada quatro anos são renovadas pela Assembléia dos Bispos e regulam o planejamento pastoral desde 1975. Em 1995, mudaram o nome para *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora* (DGAE).

15. Realizado em fevereiro, antes da Conferência de Santo Domingo (outubro).



O item 1 analisa o desafio da modernidade, em linhas gerais (primado de economia; secularização, crise ética ou de valores, incerteza e precariedade no trabalho, pluralismo cultural e religioso..) e especificamente em suas repercussões na sociedade brasileira, com atenção às conseqüências para religião e às questões pastorais (desafio urbano; seitas; pastoral social; formação; prioridade dos leigos...).

O item 2 propõe novos acentos na ação pastoral a partir de três enfoques: 1) valorização da pessoa e da experiência subjetiva; 2) diversificação das formas de expressão cultural e vivência comunitária; 3) presença mais significativa na sociedade. É evidente a semelhança com as novas DGAP 1991 – 95. O item 3, enfim, fala da missão do presbítero e de novos ministérios laicais.

Os IP do 5º (1994) e 6º (1996) estão voltados para a urbanização e a pastoral urbana. Mas o IP do 5º ENP continua muito parecido com o do 4º.

O IP do 6º ENP aprofunda o tema do mundo urbano, para o qual apresenta “novas interpretações” (cap. 1º). De fato, há muitas novidades em comparação com o 5º IP. O cap. 1º é o resumo das pesquisas do CERIS sobre poder local, economia informal, trabalho industrial, pentecostalismo, TV e tecnologias da informação, violência urbana. Segue um cap. 2º sobre a espiritualidade e a mística do presbítero, que na realidade inclui uma análise sucinta, mas nova, dos sinais dos tempos, uma breve teologia da missão e pistas para a reconciliação com Deus, a natureza e os irmãos, mais algo sobre espiritualidade própria dos presbíteros. O cap. 3º retoma os novos horizontes da missão da Igreja (inculturação, dialogo inter-religioso, serviço da vida e da esperança, anuncio evangélico, comunhão eclesial). Reflete a visão das DGAE 1995-98. O cap. 4º trata do presbítero missionário, profeta e pastor no mundo urbano. A ótica adotada é psicopedagógica¹⁶.

O IP do 6º ENP é o mais longo de todos os IPs. É devido a 4 autores diferentes. Não há uma harmonia perfeita entre os capítulos,

207

16. Aqui o texto retoma o capítulo 4 do IP do 2º ENP, sobre maturidade presbiteral, de autoria de Edênio Valle. O Pe. Edênio Valle falou sobre o tema também no 9º ENP.



compensada pela riqueza e variedade das sugestões, que deviam provocar e ampliar a participação de todos os interessados.

Finalmente, o IP do 7º ENP, “Presbíteros rumo ao novo milênio”, retoma o tema da evangelização segundo o esquema do VER, JULGAR e AGIR:

1. O Brasil do novo milênio (breve histórico e rápida análise da conjuntura);
2. Evangelização para o novo milênio, que distingue evangelização da pessoa, da cultura e da sociedade.
3. Viver o ministério presbiteral (pastoral presbiteral e realização pessoal).

Um confronto com Santo Domingo parece-me mostrar que o tema da inculturação e, especificamente, da evangelização da cidade (cf. DSD 252-262) foi amplamente recebido. Os documentos dos ENPs brasileiros são mais específicos na análise da realidade e não separam cultura moderna e cultura urbana, considerando esta última como a expressão mais típica e dinâmica da cultura moderna, que influencia o conjunto da sociedade, para além dos perímetros urbanos. O desenvolvimento do tema em Santo Domingo foi necessariamente breve. Queria inspirar uma linha de trabalho, não elaborar um plano de pastoral. Mas se pode dizer que o estímulo serviu e que os presbíteros brasileiros deram grande atenção à “evangelização inculturada” no mundo urbano.

Tema II - A pessoa do presbítero

2.1 A visão da pessoa de presbítero no final dos anos 80

Os IPs do 2º e 3º ENP são voltados especialmente para a pessoa do presbítero, vista em sua conexão com a missão ou o ministério presbiteral.

O IP do 2º ENP (“Ser padre: novos desafios para uma vocação que permanece”) analisa, na parte I, as mudanças na sociedade e na cultura. A análise procura ajudar a entender um mundo que muda

rapidamente e sem rumo previsível¹⁷ e as próprias mudanças na Igreja. É a época da “inversão de tendências”: afirmam-se novas tendências religiosas – individualismo, seitas e movimentos – enquanto persiste o esforço da Igreja Católica para mudar a sociedade (que se expressou, inclusive, naqueles anos, no apoio à participação popular na elaboração da nova Constituição, aprovada em 1988).

A parte II do IP é a mais completa e didática exposição da Teologia do Presbiterato, que foi feita até agora nesta sede, na linha dita eclesiológica: um presbítero dentro e a serviço da comunidade, não fora e acima!¹⁸ A parte III trata da espiritualidade presbiteral como prolongamento e aprofundamento da espiritualidade do cristão e do cristão encarnado na América Latina. A novidade é o capítulo 4, uma das “jóias” dos IPs, que descreve dimensões e desafios da maturidade presbiteral¹⁹.

O IP do 3º ENP (1989) tem por título: “Fraternidade e serviço”. O capítulo I (Desafios da realidade) evoca a história dos presbíteros no Brasil desde os anos 60 até a tendência recente: padres mais jovens, mais diocesanos, mais brasileiros (e mais morenos, vindos de todas as regiões e etnias) e cita os novos desafios que os presbíteros enfrentam no final de década de 80 (“década perdida”, segundo os economistas e, mesmo na Igreja, “quadro sombrio”²⁰). O capítulo II propõe a teologia da Igreja que estamos construindo e do ministério presbiteral, na linha do capítulo II do 2º ENP. Termina com o capítulo III, “Propostas e compromissos”, para um presbitério unido, solidário, atuante na fraternidade e no serviço.

2.2 A pessoa do presbítero no limiar do novo milênio

O tema da pessoa do presbítero é retomado nos 8º e 9º ENPs.

O IP do 8º ENP (2000) tem um título parecido com o do 7º, mas um enfoque bastante diferente. Aliás, este IP – devido em grande

17. Só recentemente A. Giddens falará de *World Runaway* (*Mundo em descontrolado*, Record, Rio, 2000).

18. Como mostra sinteticamente o esquema da página 64 do livro que estamos analisando.

19. O capítulo ocupa as páginas 86–106 e foi redigido, com grande competência, pelo padre e psicólogo Edênio Valle SVD (cf. a nota 17, acima).

20. Confira pág. 130 do livro.

parte a Clodovis Boff – é o mais original dos nove. Ele rompe com os esquemas habituais, para propor “três olhares” do presbítero: à *comunidade*, a *Cristo* e ao *mundo*. A primeira parte propõe a eclesiológia do Vaticano II e a decorrente missão do presbítero, como “promotor de participação comunitária” e homem “colegial”, de equipe. A 2ª parte (Olhar para Cristo) desenvolve o papel do presbítero como representante de Cristo Pastor, aprofundando depois a questão do presbítero como “homem espiritual”, cujo coração está centrado em Cristo, com uma análise perspicaz e provocadora das crises afetivas e uma página transparente sobre as amizades femininas do presbítero²¹. Finalmente, em 3º lugar, vem um olhar para o mundo e os sinais dos tempos, onde se destacam o reconhecimento da subjetividade e as mudanças na religiosidade, dando atenção especial à questão dos padres “midiático-carismáticos”, numa tentativa de apontar valores e limites do fenômeno, novidades e perigos. Ainda há considerações sobre a evangelização, parecidas com as das DGAE de 1995-98.

O IP do 9º ENP (fevereiro de 2002) é o mais curto dos nove. O VER se concentra sobre a situação atual dos presbíteros, dando um bom quadro estatístico, mas renunciando a discernir os diversos perfis teológicos e pastorais de presbíteros que estão proliferando. Acolhe porém queixas contra o individualismo e autoritarismo de alguns padres e há um aceno aos desafios da saúde e da esperança! O JULGAR propõe um perfil do presbítero para o novo milênio, insistindo sobre o modelo de Igreja comunidade que deveria ser determinado. O presbítero é chamado a servir o Reino, ou seja, um horizonte mais amplo do que a Igreja²² e a ser homem do Espírito. O AGIR é apenas esboçado e deixado aos cuidados dos participantes do nono ENP. Sugere-se que após o Jubileu de 2000 os presbíteros devem avivar a memória, aprofundar o caminho espiritual, e colocar-se a serviço do Reino e, portanto, da paz e da unidade (ecumênica).

Confrontadas com Santo Domingo, essas reflexões sobre a pessoa do presbítero mostram numerosas *convergências*. Santo

21. O texto é muito rico, mas outros assessores ficaram com receio de um recuo da visão eclesiológica do presbítero para a visão cristológica, que tende a distanciar ou separar o padre da comunidade.

22. Foi o tema da colocação feita no 9º ENP por Dom Marcelo Barros.

Domingo tratou dos ministérios ordenados no seu conjunto: bispos, presbíteros e diáconos (cf. DSD 67-77, mais 68-74 sobre pastoral vocacional e formação nos seminários). Voltou-se especialmente para “os desafios do momento atual” (DSD 67). Insistiu sobre o “espírito de unidade e de comunhão”, valorizando a dimensão comunitária do ministério (cf. 68-69). Pediu uma espiritualidade profunda, que culmine na caridade pastoral (70-71). Urgiu a formação permanente (72-73) e insistiu sobre a necessidade que os pastores estejam “próximos” do seu povo e uns dos outros (74-75). Nos IPs dos ENPs no Brasil todas essas preocupações estão presentes, talvez com uma acentuação mais explícita dos cuidados com a personalidade do presbítero, com sua vida espiritual e afetiva, considerando-se também a sobrecarga de trabalho pastoral que muitas vezes quase o esmaga²³.

Algumas considerações gerais

Se quisermos retomar a reflexão pastoral dos ENPs no seu conjunto, encontraremos – creio - em primeiro lugar uma impressão de grande *continuidade* teológica, especialmente com relação à teologia do presbiterato. Podemos nos perguntar: Por que esta continuidade? É a melhor solução? Não surgiu nada de novo no assunto? A continuidade foi necessária porque as idéias não penetraram bastante e tivemos que lutar contra a tentação do recuo? Enfim, é preciso *repensar* a teologia do presbiterato ou é preciso, mais do que tudo, *colocá-la em prática*?

Há, porém, sinais de *descontinuidade* e de *mudança* na análise da realidade. Se não me engano, em 1985, não se percebia ainda a “inversão de tendências” na sociedade e na Igreja. Reafirmava-se a fé na evangelização libertadora, coerentemente com uma interpretação aberta de Puebla. Temia-se e reconhecia-se uma situação difícil para os presbíteros, sobrecarregados de tarefas e muitas vezes abandonados

23. Para além dos documentos escritos, gostaria de lembrar o forte impacto emocional provocado – especialmente nos primeiros ENPs (realizados a partir de 1985, o ano em que termina a longa e sofrida ditadura militar) – pelos depoimentos ou testemunhos pessoais de presbíteros sobrecarregados de tarefas pastorais, ameaçados de morte (como o pe. Josimo Tavares, assassinado logo depois por sua luta em defesa dos direitos dos posseiros à terra), às vezes isolados, geralmente dispondo de poucos recursos humanos e financeiros.

a si mesmos nos anos do regime militar. No 1º ENP foi explosiva a manifestação das expectativas pessoais dos presbíteros, unida a uma esperança de mudanças radicais na sociedade.

O 2º e o 3º ENP se voltaram para a pessoa do presbítero, com contribuições teologicamente corretas e psicologicamente iluminadoras. Aliás, isso foi logo seguido por um esforço de reciclagem e formação permanente dos padres diocesanos por parte da CNBB, completando o que a CRB já fazia.

O 4º ENP, retomando o tema da evangelização, toma consciência de *mudanças profundas* na sociedade (economia, política) e na cultura (valores, comportamento). As conquistas e as experiências pastorais dos anos 70 e 80 parecem perder força. O alvo mudou. O contexto é outro. Isto leva a refletir sobre a urbanização e as megalópoles que parecem expressar e difundir mais tipicamente a nova cultura²⁴. Os anos seguintes parecem confirmar as análises do 4º ENP (1992) e das DGAP da CNBB (1991). Nota-se uma radicalização da situação. A realidade cotidiana, sobretudo de trabalhadores e excluídos, torna-se mais dura, enquanto aumenta o esforço da mídia para entreter e distrair, inclusive através da religião.

Mais difícil é julgar as propostas ou pistas do AGIR. Há uma oscilação entre reafirmar experiências bem sucedidas no passado e buscar inovações. Se a realidade mudou, como não mudar também as propostas de ação? Talvez precisaria ampliar a reflexão teológica. A realidade sugere novos horizontes e um novo pluralismo, que exige respostas diversificadas. Está claro que temos diante de nós *diversas frentes de trabalho*: a educação da fé e o diálogo com as pessoas; a promoção da solidariedade e da convivência comunitária; a presença pública da Igreja e sua atuação nos novos “areópagos”. Nenhum presbítero pode fazer tudo. É preciso testemunho pessoal sim, mas também trabalho de equipe e ação conjunta do presbitério. Precisamos de cooperação, sinergia e lideranças inovadoras. Temos que amadurecer o nosso ministério, como fez o apóstolo Paulo: de aprendiz a missionário chefe de equipe, da pequena equipe à

24. Mesmo quando não é citado explicitamente, o documento de Santo Domingo está aqui presente.



coordenação de muitos colaboradores, de muitas tarefas e de muitas igrejas.

A realidade urbana é um bom exemplo dessas exigências. Hoje as conhecemos bem, mas falta – creio - criatividade a nossas respostas pastorais. O horizonte atual é, mais uma vez, de transição e mudança, de chances, riscos e dificuldades. Esperamos que ele seja para nós estímulo para, juntos, continuar a anunciar o Evangelho pela palavra, pela vida e pelo próprio testemunho da fraternidade presbiteral.

III. Perspectivas atuais

Recentemente, no dia 8 de maio de 2002, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou os resultados preliminares do Censo 2000, entre eles os dados relativos à religião. A repercussão foi bastante forte e eles podem ser o ponto de partida de nossa reflexão sobre os desafios atuais e do próximo futuro.

Os principais resultados, relativos à questão “religião”, que foram ressaltados nas manchetes dos jornais, são três:

- a diminuição da porcentagem dos católicos, de 83,8% (1991) para 73,8% (2000). Em números absolutos, os católicos aumentam de 121,8 milhões (1991) para 125 milhões (2000);
- o aumento da porcentagem dos evangélicos, de 9,05% (1991) para 15,45% (2000). Em números absolutos, os evangélicos passam de 13 para 26 milhões;
- o aumento dos que se declaram “sem religião”, que passam de 4,8% da população (1991) para 7,3% (2000), ou de 7 milhões para 12,3 milhões.

As porcentagens indicadas acima valem para o total da população brasileira. Há, porém, notáveis diferenças por Estado. A porcentagem dos católicos é mais alta no Nordeste (Piauí, 91,3%; Ceará, 84,9%; Paraíba, 94,2%; Maranhão, 83%) ou em Minas Gerais (78,8%) e mais baixa no estado o Rio de Janeiro (57,2%), Rondônia (57,5%) e Espírito Santo (60,9).



As porcentagens dos evangélicos são mais altas em Rondônia (27,7%), Espírito Santo (27,5%), Roraima (23,6%), Rio de Janeiro (21%), Goiás (20,8%), Acre (20,4%).

As porcentagens de “sem religião” são mais altas no Rio de Janeiro (15,5%), Pernambuco (10,9%), Bahia (10,2%), Espírito Santo (9,7%), Mato Grosso do Sul (8,5%), Goiás (7,9%).

Avaliação dos resultados do Censo

Algumas considerações preliminares são necessárias ou, ao menos, convenientes. O Censo pergunta pela “religião” do entrevistado. Ora, um bom número de brasileiros freqüenta práticas religiosas de vários cultos. A recente pesquisa do CERIS sobre as seis maiores regiões metropolitanas brasileiras²⁵ encontrou cerca de 25% dos entrevistados que freqüentam mais de uma religião e cerca de metade deles (12,5% do total) o fazem sempre. O Censo não considera esses fenômenos de dupla pertença, de mistura de várias religiões. Dificilmente um sociólogo ou um antropólogo reduzirá os adeptos de Umbanda e Candomblé, em todo o Brasil, a pouco mais de 570.000 indivíduos (0,33% da população!), como faz o Censo 2000. Certamente há muitas pessoas freqüentando estes cultos, ao menos ocasionalmente, mas que não se declaram “umbandistas”.

Ainda antes de 1991, houve pesquisas por amostragem que revelaram dados que o Censo só encontrou em 2000. Por exemplo, a pesquisa Gallup de 1988, feita com respostas “estimuladas”, encontrou 62% de católicos, 19% de outras religiões e 19% sem religião; a pesquisa de 1990, feita com a pergunta tradicional “Qual é a sua religião?”, encontrou 76,2% de católicos, 14,6% de outras religiões, 9,2% sem religião²⁶. Como explicar esse fato? Muitos sociólogos julgavam os números do IBGE, até 1991 inclusive, exagerados em relação aos católicos e inferiores à realidade com relação às outras religiões. Provavelmente, as pessoas – na hora do Censo – continuavam a

25. Cf. CERIS, *Desafios do catolicismo na cidade*. Paulus, S.Paulo, 2002, 290 p.

26. Cito esses dados tirando-os do estudo de Leandro Piquet CARNEIRO e Luiz Eduardo SOARES, *Religiosidade, estrutura social e comportamento político*, in: Maria Clara L. BINGEMER (org.), *O impacto da modernidade sobre a religião*; Loyola, S.Paulo, 1992, p. 9-58 (especialmente p. 13-16).

declarar-se católicas, mas na prática já estavam freqüentando outros cultos. De qualquer forma, os números do Censo 2000 confirmam as pesquisas por amostragem das últimas duas décadas. A novidade não é tanto o aumento real do número dos evangélicos ou dos “sem religião”, mas o aumento das pessoas que não têm mais receio de assumir publicamente tal condição.

Uma outra observação importante é que os dados sobre religião podem ser comparados com outros dados do Censo (diminuição da natalidade, aumentos dos casamentos consensuais sem legalização, aumento da escolaridade etc.), os quais parecem apontar para uma “modernização” dos hábitos da população brasileira e para um crescimento do individualismo e subjetivismo²⁷. O Censo não revela (só uma pesquisa qualitativa pode mostrá-lo), mas é certo que há muitos modos de crer e de praticar dentro do próprio catolicismo, para não dizer no mundo evangélico (notoriamente dividido em inúmeras denominações) ou em outras religiões, sem falar dos que conscientemente praticam mais de uma religião simultaneamente.

Também não me parece exato dizer – como fez o *Jornal do Brasil* (primeira página de 9.5.2002) que o “País fica menos religioso”. Outras pesquisas mostram que a religiosidade continua muito alta entre os brasileiros. A declaração “sem religião” parece indicar mais uma “des-institucionalização” da religião e a emergência da chamada “religião invisível”. No caso do estado do Rio de Janeiro, onde o IBGE encontrou 15,5% de “sem religião”, a pesquisa do CERIS já citada, que considerou a região metropolitana do Rio de Janeiro (logo a parte mais “moderna” do Estado) encontrou sim 16,9% de entrevistados que se dizem sem pertença religiosa, mas acreditam em Deus ou numa Força Superior, e encontrou apenas 1,2% que se declaram ateus (sem Deus!). O indivíduo não adere mais a uma religião institucionalizada ou foi por ela abandonado²⁸, e então conserva da

27. Para uma discussão mais aprofundada, remeto ao meu capítulo VII no livro do CERIS, *Desafios do catolicismo na cidade*, p. 252-267.

28. Embora faltem ainda os dados de 2000 por município, o que permitirá um estudo mais adequado do comportamento religiosos, o Censo de 1991 parece mostrar que muitos dos “sem religião” pertencem não às classes favorecidas e mais cultas (onde, às vezes, se encontram traços de ateísmo ou anticlericalismo), mas às classes mais marginalizadas, inclusive de imigrantes recentes nas periferias das metrópoles, que encontraram uma escassa presença das Igrejas e, particularmente, da Igreja Católica.

religião apenas um sentimento pessoal, íntimo, não acompanhado pela participação em comunidades ou práticas religiosas. Mas não deixa de rezar (ao menos ocasionalmente) e de acreditar em Deus, quase sempre.

As conseqüências para o catolicismo

Peter Berger ressaltou, há vinte anos ou mais, como a sociedade moderna, urbana, obrigue a população procedente de sociedades tradicionais ou rurais àquilo que ele chamava o “imperativo herético”. A sociedade moderna exige dos indivíduos uma “heresia”, ou seja, uma escolha. Eles não podem permanecer simplesmente na religião tradicional. Ou fazem a escolha de permanecer nela, mas em termos renovados, modernos, urbanos, ou passam a outra religião, também adaptada ao mundo moderno, não puramente tradicional. Cândido Procópio F. de CAMARGO, já em 1973²⁹, tinha interpretado neste sentido as mudanças que a urbanização estava trazendo no mundo religioso brasileiro.

Pode-se ver uma confirmação dessa tendência na pesquisa da *Datafolha* de 1994, que foi a única pesquisa que distinguiu os “católicos tradicionais” daqueles que participavam de comunidades eclesiais de base, do movimento carismático e de outros movimentos³⁰. Se considerarmos os que aderiram a estes movimentos como católicos que fizeram uma opção ou escolha consciente do catolicismo, no contexto moderno, deixando de ser apenas “católicos” por tradição familiar, pode-se pensar que o catolicismo nas últimas décadas perdeu - no contexto das migrações e da urbanização, que favorecem a ruptura com o ambiente tradicional - um certo número de fiéis, ou de católicos “nominais” (católicos só de nome), mas ganhou em participação ativa dos fiéis na vida eclesial e na evangelização.

29. Na obra *Católicos, protestantes e espíritas*. Ed. Vozes, Petrópolis.

30. Cf. A.F. PIERUCCI - R.PRANDI, *A realidade social das religiões no Brasil*, p. 216. A pesquisa, feita sobre uma amostra dos eleitores brasileiros (então quase 100 milhões), encontrou 74,9% de católicos, dos quais 61,4% (do total da população) “tradicionais”, 3,8% carismáticos, 1,8% das CEBs e 7,9% de outros movimentos. Significa que cerca de 14% da população adulta brasileira (ou 14 milhões de pessoas) pertencem a movimentos católicos organizados.

Mesmo assim, as igrejas evangélicas – como muitos sociólogos assinalaram há tempo – se mostram mais dinâmicas ou agressivas na procura de novos fiéis, enquanto a organização da Igreja Católica parece ter agido com bastante lentidão diante das mudanças sócio-culturais. A organização católica está muito dependente do padre (presbítero) e da paróquia. Ora, como vimos, o número dos presbíteros não tem crescido com o mesmo ritmo da população. Em 1970, havia um padre para 7.100 habitantes; em 1990, um padre para 10.100 habitantes. Desde então a proporção padres/habitantes se mantém estável. As paróquias das grandes cidades têm, geralmente, um número exagerado de habitantes, aos quais o único pároco não pode oferecer o cuidado pastoral desejável³¹.

Debate sobre a interpretação dos dados

A publicação dos dados provocou o início de um debate entre os católicos (que deverá ser aprofundado!) sobre as *causas* da diminuição da presença católica. O diário *Estado de S.Paulo* traz, por exemplo, duas opiniões opostas: a do bispo Dom Amaury Castanho, de Jundiá (estado de S.Paulo), que acusa a “politização” do catolicismo dos anos '80 (ou seja, a teologia da libertação e o prevalecer de uma tendência progressista também na direção da CNBB), e a do diretor do CERIS, o sociólogo Luiz Alberto Gómez de Souza, que, ao contrário, atribui às comunidades de base o fato de ter evitado mais perdas. De fato, os estados mais católicos são aqueles que têm mais comunidades de base, enquanto – acrescento eu – as porcentagens mais baixas de católicos se encontram nas regiões metropolitanas, onde as comunidades de base são raras e a ação pastoral foi muitas vezes orientada num sentido tradicional pelos arcebispos das grandes cidades. Além disso, observaria (com outros) que os anos '90, nos quais as perdas do catolicismo são mais evidentes, não são os anos do predomínio da Teologia da libertação ou das comunidades de base, mas especialmente da Renovação Carismática e dos padres cantores, *pop-stars* da televisão.

31. Cf. Alberto ANTONIAZZI, *A Igreja e seu território*, quatro artigos com informações sobre dioceses, paróquias e comunidades de base no Brasil; publicados no JORNAL DE OPINIÃO, 1 - nº 613, 26.02 a 4.03.2001, p. 6-7; 2 - nº 614, 5 a 11.03.2001, p. 6-7; 3 - nº 615, 12 a 18.03.2001, p. 6-7; 4 - nº 616, 19 a 25.03.2001, p. 6-7.



Um juízo mais preciso sobre a eficácia, ou menos, da ação pastoral das várias dioceses será possível só com a publicação de dados completos, de cada município. Por enquanto, observando os dados relativos aos Estados brasileiros, parece-me que é preciso pensar antes de tudo nos processos culturais de longa duração para explicar a situação, que a rápida urbanização³² e as migrações tornaram ainda mais complexa.

Uma perspectiva histórico-cultural

Numa perspectiva histórico-cultural, parece-me significativo que os estados mais católicos pertencem ao Nordeste árido, do interior (Piauí, 91,4% de católicos; Ceará, 84,9%; Paraíba, 84,3%; Maranhão, 83%; Alagoas, 81,9%; Sergipe, 81,7%; Rio Grande do Norte, 81,7%); aqui é o catolicismo popular tradicional, creio, o grande obstáculo à penetração de protestantes ou de outras religiões “modernas”³³. Seguem, com uma porcentagem de católicos um pouco mais baixa, os estados do Sul, de migração alemã e italiana (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e o estado de Minas Gerais (formado no século XVIII), tradicionalmente católico.

É também significativo que o litoral do Nordeste, onde se desenvolveu desde o século XVII a cultura da cana de açúcar e onde mais cedo entrou um estilo de vida mais livre do que os austeros costumes do catolicismo do “sertão”, representado por Pernambuco e Bahia, e o estado do Rio de Janeiro contem com o maior número dos que se dizem “sem religião” (respectivamente 11%, 10,3% e 15,5%, enquanto a média nacional é de 7,3%).

Quanto à presença de evangélicos, considerando as grandes regiões, é mais forte no Centro-Oeste (19,1%), no Norte (Amazônia,

32. A população considerada “urbana” pelo IBGE era de 31% em 1940, de 56% em 1970, de 80% em 2000; enquanto a população rural sofria poucas alterações: crescia de pouco menos de 30 milhões (1940) para 41 milhões em 1970, para depois descer para cerca de 35 milhões (2000).

33. Estes estados são também os que têm menor escolaridade: no Piauí, 56,6% da população não concluiu a escola primária; seguem os outros Estados do Nordeste, citados como mais católicos, que ocupam os lugares 2º a 4º e 7º a 9º entre os Estados com mais baixo índice de escolaridade; Bahia e Acre ocupam o 5º e o 6º lugar.



18,3%), no Sudeste (18,3%); aproxima-se da média nacional no Sul (15,4%) e é nitidamente inferior no Nordeste (10,4). Os estados com maior presença de evangélicos são Rondônia (27,8%), Espírito Santo (27,5%), Roraima (23,7%) Rio de Janeiro (21,1%), Goiás (20,9%), onde se pode ver uma conexão do fenômeno com as migrações recentes (e uma atividade missionária mais intensa dos protestantes do que dos católicos).

Conclusões abertas ou desafios que esperam respostas

O quadro da situação religiosa traçado – por enquanto em grandes linhas – pelo Censo de 2000 reforça, a meu ver, os desafios pastorais, que os presbíteros vêm discutindo desde os anos '90. Trata-se de desafios que, em grande parte, vão além da paróquia e da competência do presbítero, e que exigem decisões e ações dos bispos, nas dioceses e em nível regional ou nacional, e da própria Santa Sé. Sem pretensão de sistematicidade e tanto menos de esgotar o assunto, faria a seguinte lista:

- 1) *O número de presbíteros é claramente inferior à necessidade.* Quando os participantes do 9º ENP³⁴ reclamavam do descuido para com cerca de 70.000 comunidades “sem padre”, que teriam direito à Eucaristia dominical e que celebram em seu lugar, sob a presidência de animadores leigos, uma “celebração da Palavra” (antigamente se dizia: um “culto em padre”), eles se baseavam sobre um dado um pouco antigo, mas seguro: uma pesquisa de 1992 do CERIS sobre as comunidades eclesiais no Brasil³⁵. A mesma pesquisa constatava que as cerca de 7.500 paróquias da época (hoje são mais de 8.600) tinham, em média, 16 comunidades por paróquia e 19.500 habitantes (número que hoje continua substancialmente inalterado, tendo o número dos habitantes e das paróquias crescido de cerca de 15% entre 1991 e 2000). Faltam padres para as comunidades rurais e para um atendimento melhor das periferias urbanas. Há pouquíssimos presbíteros atuando na pastoral especializada (menos que no

34. Cf. acima, nota 8.

35. Cf. Rogério VALLE – Marcello PITTA, *Comunidades eclesiais católicas. Resultados estatísticos*. Petrópolis, Vozes – Rio, CERIS, 1994, 96 p.



início dos anos '60). O único setor especializado onde os presbíteros atuam intensamente é a formação dos próprios sucessores ou colegas, em Seminários e Institutos filosófico-teológicos.

É verdade que desde o final dos anos '60, multiplicaram-se os ministros leigos (como, por exemplo, os animadores das comunidades “sem padre”). Uma pesquisa da CNBB em 1996, embora incompleta, permite estimar a atuação de 300 a 350 mil catequistas e há cerca de 50 ministros leigos (ministros extraordinários da Eucaristia, animadores de comunidades e de grupos de jovens, dirigente de pastorais sociais, etc.) para cada presbítero em atividade, portanto algo como 800.000 ministros leigos. Mas a mesma pesquisa mostra que, ao lado de cerca de 16.000 padres, há um número aproximadamente igual de ministros do Batismo e cerca de 8.000 testemunhas qualificadas do matrimônio, o que indica que os ministérios sacramentais estão ainda substancialmente confiados ao clero. Os diáconos permanentes são poucos: cerca de 1.000 (um mil)³⁶. Simplificando muito uma situação complexa, parece-me que se pode dizer que a tendência é ainda a concentrar tudo nas mãos do presbítero, onde ele está presente (mesmo que se circunde de muitos subordinados, para tarefas secundárias), enquanto os ministros leigos têm uma atuação significativa e plena responsabilidade nas comunidades onde o padre não reside e aparece pouco ou nada. Por isso muitos pensam que o problema dos ministérios e, especificamente, do ministério presbiteral está longe de estar resolvido.

- 2) Um segundo desafio, que não depende diretamente da boa vontade dos presbíteros, é o *atendimento das áreas de migração recente*, onde a população ocupa áreas antes desabitadas, seja nas fronteiras agrícolas que avançam, desbravando novas terras, seja na periferia das áreas urbanas, especialmente das megalópoles, que atraem o êxodo rural. Os dados do Censo mostram que nestas áreas a porcentagem de católicos é mais baixa e

36. Exatamente 978, segundo o *Anuário Católico 2000* (que traz dados do final de 1999).



que, nos últimos anos, tornou-se mais forte a presença dos evangélicos. Isto indica lentidão da Igreja Católica em cuidar das novas situações, que muitas vezes escapam à capacidade de atuação das dioceses interessadas. Paradoxalmente, temos mais presbíteros e agentes de pastoral (inclusive institutos religiosos) para atenderas áreas “mais católicas” e menos pessoal para as áreas de missão ou emergentes. Mesmo se há algum exemplo de colaboração missionária (por exemplo, o envio de padres e religiosas por parte dos Estados do Sul para a região amazônica e o Centro-Oeste), no conjunto o Censo não deixa dúvidas de que as igrejas evangélicas são mais dinâmicas e enviam mais missionários para acompanhar e assistir as migrações internas.

- 3) Os problemas não são meramente quantitativos. O último desafio que quero destacar aqui é o da *qualidade* do nosso trabalho pastoral e de evangelização. As profundas mudanças sócio-culturais dos últimos anos, que apontam uma forte penetração do individualismo e do subjetivismo no campo religioso, inclusive no mundo católico³⁷, exigem também uma profunda renovação da pastoral, especialmente da pastoral urbana. Exigem uma atualização das formas de comunicação da mensagem, de adequação das respostas aos sentimentos do homem urbano, das formas de organização e relacionamento. A exigência foi ressaltada já em Santo Domingo. Mas as experiências pastorais ainda são pouco significativas. O desafio é passar da consciência do problema a respostas criativas e eficazes!

A ilustração dos desafios foi rápida e sumária demais. Cada um desses desafios mereceria um estudo e um debate aprofundado, que aqui e agora não é possível, mas que não pode ser adiado por muito tempo. Para que Santo Domingo e o apelo do Papa à nova evangelização tenham uma recepção adequada, devemos enfrentar esses desafios.

³⁷ Escrevi algo sobre isso no cap. VII do livro do CERIS, *Desafios do catolicismo na cidade*. S.Paulo, Paulus, 2002 (já citado na nota 25, acima).